



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

05/11/2025 - 75ª - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) - Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 105ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de novembro de 2025.

Esta reunião destina-se à discussão e à deliberação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Projeto de Lei 15, de 2025, que estima a receita fixa e a despesa da União para o exercício financeiro de 2026.

A Comissão recebeu no prazo estabelecido 78 sugestões de emendas.

Como sou Relatora das emendas, passo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - Presidente Damares, é com muita honra que eu fico como Presidente eventual desta Comissão, para que a Presidente, de fato e de direito, possa fazer a leitura do relatório.

Mas me permita antes cumprimentar a Deputada Margareth Buzetti. Que bom vê-la de volta, viu? V. Exa. tem sido muito companheira de todos nós - não é, Senhora?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - Dialoga, faz muitas conversas, buscando o entendimento entre todos para o bem comum. Parabéns a V. Exa.!

De imediato, eu concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) - Presidente, são 78 sugestões. Ficamos muito contentes com a participação ativa dos membros da Comissão.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei 15, de 2025, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026, o Projeto de Lei Orçamentária para 2026. Ademais, a apresentação de emendas ao PLOA 2026 deve observar ainda as disposições da Lei Complementar 210, de 2024.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa recebeu, no prazo estabelecido, 78 sugestões de emendas a serem apresentadas ao PLOA 2026, conforme discriminado no anexo que acompanha este parecer, sendo todas referentes a emendas de apropriação. Nenhuma sugestão de emenda de remanejamento ou de emenda de texto foi apresentada.

É o relatório.

Vamos à análise.

Preliminarmente, importa ressaltar que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do art. 44, §1º, da Resolução 1, de 2006, pode apresentar até seis emendas de apropriação e até duas emendas de remanejamento ao projeto de lei orçamentária. Quanto às emendas de texto, não há limitações quantitativas para a apresentação, porém

ressalte-se que nenhuma emenda de texto foi apresentada. Em todos os casos, é importante frisar, que, em atenção ao disposto no *caput* do art. 4º da Lei Complementar 210, de 2024, as emendas apresentadas devem guardar pertinência temática com as matérias regimentalmente atribuídas à Comissão.

A análise por nós empreendida focalizou não apenas o mérito das proposições, mas também a adequação das sugestões de emendas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à Constituição Federal, à área de competência da Comissão e ao interesse nacional ou regional, tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução 1, de 2006, e, novamente, no *caput* do art. 4º da Lei Complementar 210, de 2024.

No que diz respeito às sugestões de emendas de apropriação, em consonância com normas legais e regimentais, percebe-se um sério descompasso entre o número de sugestões e a quantidade máxima de emendas que esta Comissão poderá apresentar - eu queria ter condições de apresentar umas 50 emendas. (*Risos.*) O mérito das indicações apenas acentua o impasse e agrava a dificuldade da escolha.

Dentro dessa circunstância, com o objetivo de atender o maior número possível de sugestões, todas de inegável mérito, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre as que propunham aplicações dentro da mesma ação orçamentária, de forma a proceder à aglutinação das sugestões.

Verificamos, assim, quais ações foram mais demandadas pelos integrantes do Colegiado. A seleção de cinco das seis emendas de apropriação a serem apresentadas por esta Comissão materializa, portanto, as ações que obtiveram maior quantidade de sugestões recebidas, selecionadas entre aquelas em perfeita consonância com a legislação vigente.

Por sua vez, uma das seis emendas de apropriação escolhidas justifica-se pelo fortalecimento da proteção, promoção e gestão dos direitos dos povos indígenas, conforme Ação 21FL - Gestão dos Direitos dos Povos Indígenas, vinculada à Unidade Orçamentária 84101 - Ministério dos Povos Indígenas - Administração Direta. Além disso, também visa ampliar o público-alvo abarcado pelas emendas, favorecendo as minorias, que é o objetivo desta Comissão, Presidente. Esta Relatora, pela relevância do tema e pela sua pertinência em relação a esta Comissão de Direitos Humanos, constará também como solicitante.

Dessa forma, as emendas de apropriação que acolhemos são as seguintes, conforme o quadro devidamente publicado em anexo.

Emenda nº 1, que será apresentada na Unidade Orçamentária 81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. A ação é Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes. É uma ação nacional, no valor de R\$700 milhões, e que atende às seguintes Sugestões: 34, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 74, 75, 76, 77 e 78. Emenda nº 2, que será apresentada na Unidade Orçamentária 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta. É uma emenda nacional, no valor de R\$500 milhões, que atende à ação Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Atende às Sugestões 1, 5, 6, 15, 16, 17, 24, 32, 38, 42 e 48.

Emenda nº 3, que será apresentada na Unidade Orçamentária 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta. A ação é aquela Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres. É uma ação nacional, no valor de R\$500 milhões, e atende às Sugestões 3, 47, 50, 52, 53, 55, 56, 63 e 64.

Emenda nº 4, que será apresentada na Unidade Orçamentária 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta. A ação é Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações. É uma ação nacional, no valor de R\$300 milhões, e atende às seguintes Sugestões: 7, 12, 19, 23, 26, 31, 35, 44, 46 e 54.

Eu quero fazer uma correção: na emenda anterior, a Emenda nº 3, também a gente atende à Sugestão 69.

Emenda nº 5, que será apresentada na Unidade Orçamentária 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta. A ação será Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. É uma ação nacional, no valor, Presidente, de R\$420 milhões, e atende às solicitações, Sugestões 2, 8, 10, 20, 22, 27, 28, 41 e 45.

E, por fim, a Emenda nº 6, que será apresentada na unidade orçamentária Ministério dos Povos Indígenas - Administração Direta. A ação é Gestão dos Direitos dos Povos Indígenas. É uma ação nacional, no valor de R\$200 milhões, e atende à Sugestão nº 21. Conforme eu li, é a única emenda que tem apenas uma sugestão.

O quadro das emendas está devidamente publicado, os nomes de todos que indicaram as sugestões também estão publicados.

Dessa forma, Presidente, o voto.

Em consonância com a legislação pertinente, votamos no sentido de que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa delibere pela apresentação das seis emendas de apropriação constantes do Quadro 1, atribuindo-se à Secretaria desta Comissão a incumbência de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Este é o voto. E eu peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - Muito bem, Senadora Damares Alves, Relatora.

Permita-me só um comentário rápido. Eu vou botar em discussão o relatório e queria dizer que vou votar presencialmente, com muita satisfação, mas muita mesmo.

V. Exa., no relatório, contempla principalmente, para não dizer 100% - deixo sempre 1% para ficar de lado -, os setores de fato mais vulneráveis. Percebi, no seu relatório, que aí estão as políticas humanitárias, fortalecendo as políticas humanitárias. Se fosse para discutir o relatório, eu diria só: parabéns, excelente, Damares Alves, Presidente da Comissão, Senadora, Relatora, com esse belo trabalho que está fazendo aqui!

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

A votação será simbólica.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

Retorno, neste momento, a Presidência à Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - Obrigada, Presidente.

Presidente, eu quero agradecer o apoio para a gente chegar nesse resultado por unanimidade. E quero dizer que, quando a gente construiu, não foi fácil, Presidente - o senhor foi Presidente da Comissão -, de a gente construir um relatório atendendo o máximo possível as expectativas dos membros, dos não membros, mas a gente trabalhou com muita coerência.

Eu quero agradecer à Secretaria da Comissão, à Consultoria de Orçamentos do Senado, que têm também um olhar muito sensível à nossa pauta.

Que honra a gente ter a senhora, Doutora, com a gente.

Doutor, obrigada.

Gente, foi um trabalho de várias mãos, até meia-noite, porque as sugestões foram chegando. E a gente fez questão, Presidente, de que esta proposta fizesse diálogo com tudo o que a gente discutiu ao longo do ano.

Aí vocês vão observar que a emenda que a gente aprovou para a questão indígena só teve uma indicação, que foi minha. *(Pausa.)* A do Paim, a do Paim! Desculpa, a do Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) - Se é minha, é de nós dois, então.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - É, por que a gente brigou? Teve emendas que tiveram mais indicações, mas esta Comissão se debruçou ao longo do ano, Paim, discutindo a questão indígena. Como é que a gente ia deixá-los justamente na hora que eles mais precisam, que é a do orçamento?

Então, a gente deliberou ontem. Essa foi a briga minha, ontem: tem uma sugestão só, mas ela vai para o relatório.

E a gente conversou com os pares. Tinha pares que tinham emendas com seis apoimentos. A gente conversou e a gente explicou, Paim: nenhuma outra Comissão vai pensar nos indígenas; é esta a Comissão que trabalha com os indígenas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - Permita-me que eu diga que, sem o seu apoio, ela não seria aprovada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - Então, eu quero fazer essa justificativa. Tinha outras emendas extremamente interessantes, mas nós prometemos, e eu aprendi.

Eu sou admiradora do Senador Paim. Nós somos amigos muito antes de eu estar no mandato. Quando eu era uma assessora, eu ficava lá atrás, apaixonada pelo trabalho dele; mas eu fui lá na Câmara também, quando ele era Deputado lá, em 2002...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) - Ajudar a construir o estatuto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - ... ajudar a construir o Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Idoso. Era só uma assessora segurando o cartaz, apoiando-o. Hoje, eu tenho a alegria de ser companheira.

E ele me ensinou isto: que ninguém pode ficar para trás. Então, a gente entrega. Obrigada, Consultoria Legislativa e Secretaria. A gente entrega as emendas aprovadas, não deixando nenhum público para trás, pelo que esta Comissão tem trabalhado.

Obrigada, Senador Paim, por ter apresentado a emenda e nos ajudado nessa briga, para a gente entregar para o Brasil um relatório que acho que contempla as reais necessidades desta Comissão.

Obrigada, gente.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 55 minutos.)